



Ranking de Notícias: Veja o que foi destaque na ConJur na semana

O Judiciário brasileiro está em guerra. Com ele mesmo. De um lado, está a Corregedoria Nacional de Justiça, formada por juízes incumbidos de fiscalizar as atividades de seus colegas. De outro, as três principais entidades representantes da magistratura nacional: Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra). Outra forma de descrever o terremoto que assola a Justiça é olhar para o embate histórico entre a imprensa e o Supremo Tribunal Federal. Clique [aqui](#) para ler o desenrolar do embate na **Consultor Jurídico**.

Antes do recesso

No começo da semana, o ministro Marco Aurélio decidiu não esperar mais o pleno do Supremo Tribunal Federal se pronunciar sobre a competência do Conselho Nacional de Justiça. Em liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.638, na segunda-feira (19/12), o ministro decidiu que a competência do CNJ é subsidiária à atuação dos tribunais locais no julgamento de processos administrativos e disciplinares, como [noticiou](#) a **ConJur**.

Ser bom, ser juiz?

"Ser justo não tem nada a ver com o cargo de juiz". A constatação é de Ali Mazloum, juiz federal há quase 20 anos e também vítima de uma investigação bem divulgada e mal feita que só foi para o arquivo quando chegou ao Supremo Tribunal Federal. Em entrevista à **ConJur**, ele disse que o Conselho Nacional de Justiça exagera no seu poder de punir enquanto o Conselho Nacional do Ministério Público faz vista grossa para infrações cometidas por promotores e procuradores. O resultado desse desequilíbrio são acusadores implacáveis e juizes amedrontados. Leia [aqui](#) a entrevista.

SulAmérica e Jirau

Para escapar à obrigação de indenizar o consórcio que constrói a hidrelétrica de Jirau, a Seguradora SulAmérica recorreu à mais ousada manobra já vista no mercado. Alegando a existência de cláusula compromissória pela via da arbitragem — que a seguradora alega nunca ter assinado — a companhia de seguros pediu a prisão dos clientes e o sequestro de seus bens caso eles tentassem ver seus direitos reconhecidos na justiça brasileira. O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou, liminarmente, que a seguradora brasileira se abstenha de qualquer iniciativa fora do país, mas a ordem foi ignorada. Nesta quinta-feira (22/12), a SulAmérica foi notificada mais uma vez. Confira a reportagem completa [aqui](#).

ESPECIAIS

Entrevista de domingo

Para a procuradora **Luiza Cristina Fonseca Frischeisen**, chefe da Procuradoria Regional da



República da 3ª Região, que engloba São Paulo e Mato Grosso do Sul, a lista cada vez maior de megaoperações da Polícia Federal derrubadas nos tribunais superiores já causa efeito moral na cadeia de produção de denúncias. Segundo ela, em entrevista à ConJur, os procuradores têm absorvido as lições, mesmo a contragosto. “Ninguém quer ver seu caso desmoronar”, afirma. Leia [aqui](#) a entrevista completa.

Artigo da semana

No artigo “Honorários em ações trabalhistas são do trabalhador”, os juízes **José Jácomo Gimenes, Marcos César Romeira Moraes, Marcus Aurelio Lopes e Rony Ferreira** escrevem que “o processo do trabalho não é inteiramente justo com o trabalhador que procura o Judiciário. Costumeiramente ele tem que gastar até 30% de sua indenização de salários atrasados com honorários advocatícios. Na verdade, recebe somente uma parte de seu sagrado direito. É que a legislação e a jurisprudência trabalhista, desatualizadas nesse ponto, não permitem que o trabalhador seja ressarcido das despesas que teve com advogado para garantir seus direitos no Judiciário. É um defeito que deve ser urgentemente acertado”. Leia [aqui](#) o artigo completo.

AS MAIS LIDAS

Medição do *Google Analytics* aponta que, durante a semana, a **ConJur** recebeu 221,6 mil visitas e 568,6 mil visualizações de página. A segunda-feira (19/12) foi o dia mais acessado, com 48,5 mil visitas. A notícia mais lida, com 6,1 mil acessos, foi a de que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil vai decidir se abre processo disciplinar contra o advogado Carlos Roberto Siqueira Castro, um de seus 81 conselheiros federais e fundador do segundo maior escritório de advocacia do país. O motivo é a insistência do advogado em continuar patrocinando um bilionário processo, do qual foi destituído por suposta quebra de confiança. Por decisão do Superior Tribunal de Justiça, serão encaminhadas cópias dos autos de uma Reclamação envolvendo a expropriação do terreno do Aeroporto Galeão à OAB e ao Conselho Nacional de Justiça, questionando atuação de um desembargador do Rio de Janeiro. Clique [aqui](#) para ler na **ConJur**.

A segunda notícia mais lida, com 5,4 mil visitas foi a que smartphones configurados com o sistema Android terão de ser modificados caso as fabricantes queiram que eles continuem sendo vendidos nos EUA. A partir de 12 de abril de 2012, será proibido comercializá-los no país do modo como eles estão configurados. A decisão é da Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos, a ITC (sigla da Comissão no original em inglês). A reportagem pode ser lida [aqui](#) na **ConJur**.

AS 10 MAIS LIDAS

[STJ pede que OAB investigue atuação de advogado](#)
[Proibida comercialização de smartphones com sistema](#)
[Para Marco Aurélio, CNJ pode muito mas não pode tudo](#)
[Advogados públicos são jovens e concurseiros](#)



[STF suspende poder do CNJ de quebrar sigilo de juízes](#)
[Liminar contra inspeção do CNJ não beneficia ministro](#)
[Desembargador critica férias de 60 dias e recesso](#)
["Prisão do coronel Djalma Beltrami foi lamentável"](#)
[Honorários em ações trabalhistas são do trabalhador](#)
["Conversamos mais com a PF nos grandes inquéritos"](#)

AS MANCHETES DA SEMANA

[Investigação de juízes evidencia disputas internas do Judiciário](#)
["Ser justo não tem nada a ver com o cargo de juiz"](#)
[Advogados públicos são jovens e concurseiros, aponta pesquisa](#)
[Liminar contra inspeção do CNJ não beneficia Lewandowski](#)
[Presidente do STJ suspende execução de R\\$ 8 milhões](#)
[Justiça anula decisão do Cade e absolve acusados de cartel](#)
[Estudante consegue na Justiça registro na Ordem dos Advogados](#)
[Liminar suspende poder do CNJ de quebrar sigilo de juízes](#)
[STJ pede investigação da OAB sobre atuação de advogado](#)
[Ministro Marco Aurélio decide que competência do CNJ é subsidiária](#)
["Conversamos mais com a Polícia nos grandes inquéritos"](#)
[CNJ confirma Ivan Sartori na Presidência do TJ-SP](#)